

## ANFIP realiza Assembleia Geral para referendar cronograma de eleições e atividades da XXVIII Convenção Nacional

A ANFIP convoca os associados efetivos, quites com seus deveres associativos, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, nos dias 18 e 19 de agosto, exclusivamente por meio eletrônico, para votar o cronograma para a realização da XXVIII Convenção Nacional Ordinária, bem como todos os atos inerentes à sua perfeita realização. A plataforma de votação pode ser acessada no endereço [assembleia.anfip.org.br](https://assembleia.anfip.org.br), com o mesmo login da área restrita.

A medida é decorrente da pandemia da Covid-19, que afetou a agenda de eventos presenciais da Entidade e, por isso, adiou a data de realização da Convenção Nacional. Com a possibilidade de se realizar o encontro de forma virtual, os conselhos Executivo, de Representantes e Fiscal da ANFIP resolveram propor uma nova data, para deliberar exclusivamente sobre a Prestação de Contas da Gestão 2019-2021, a eleição da Comissão Eleitoral Nacional (CEN) e a homologação das chapas do Conselho Executivo e das candidaturas individuais ao Conselho Fiscal, visto que o atual mandato se encerra em 31 de dezembro de 2021.

Os documentos com todas as explicações e orientações sobre a Assembleia Geral já foram encaminhados aos



associados efetivos por e-mail e via Correios. Caso algum associado tenha que atualizar os dados cadastrais, basta entrar em contato com o Cadastro da ANFIP pelo telefone (61) 3251-8114 ou pelo e-mail [cadastro@anfip.org.br](mailto:cadastro@anfip.org.br).

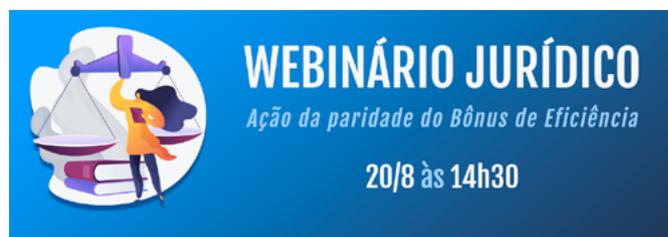
## Webinário Jurídico sobre Bônus de Eficiência será dia 20/8

Na próxima sexta-feira (20/8), às 14h30, a ANFIP realizará webinar sobre a ação da paridade do Bônus de Eficiência. O evento será transmitido ao vivo pelos canais do Youtube e Facebook da Associação.

Para esclarecer o atual trâmite e as perspectivas para esta importante ação judicial, estarão presentes os advogados Gabriela Dourado e Erico Carvalho, da Advocacia Velloso, escritório que patrocina a ação junto à Justiça Federal no Distrito Federal.

Pela ANFIP, participam o vice-presidente Márcio Humberto Gheller e a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco. A mediação será do advogado Rodrigo Cartafina.

Também na ocasião, o setor Jurídico da ANFIP vai



apresentar o andamento das Execução dos 3,17% e da ação dos 28,86%, além de esclarecimentos sobre o pagamento dos precatórios e a proposta do governo que prevê o parcelamento dos pagamentos (PEC 23/2021).

Os associados podem enviar suas dúvidas por e-mail ([juridico@anfip.org.br](mailto:juridico@anfip.org.br)) ou no chat da live.

**PEC 32/20: Relatório será entregue no final de agosto**

**PÁGINAS 3**

**Nova série da ANFIP debate política tributária brasileira**

**PÁGINA 6**

**Associado, confira os benefícios que a ANFIP tem para você**

**PÁGINA 9**

## Campanha contra Reforma Administrativa tem mídia externa em Brasília



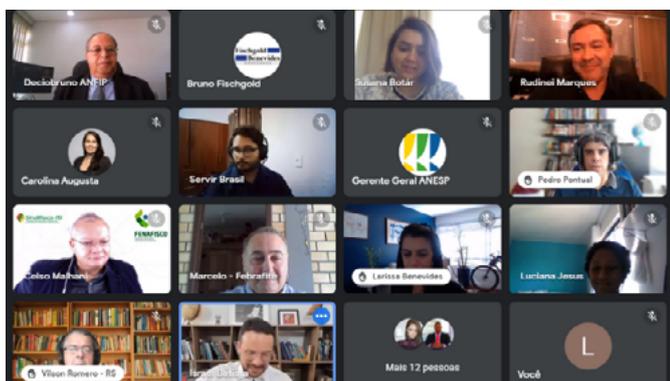
A ANFIP está realizando uma série de ações contra a PEC 32/20, da Reforma Administrativa, entre elas a instalação de mídias de rua com mensagens de alerta sobre os prejuízos trazidos pela matéria. Inicialmente, foram instalados um

frontlight e um painel de LED em locais estratégicos de Brasília (DF), porém, o planejamento da Comissão de Interesse de Classe da Entidade prevê a instalação das mensagens nos estados que concentram os maiores números de parlamentares.

O objetivo da ação é pressionar diretamente os deputados federais favoráveis e os que ainda não declararam posicionamento sobre a PEC 32/2020. Caso seja aprovada, a proposta atingirá todos os servidores e a prestação de serviços, deixando a população desassistida.

A ANFIP também produziu o [Manual Digital de Trabalho Parlamentar](#) e o [Guia do Trabalho Parlamentar nas Redes Sociais](#), para instruir os associados a participarem das ações virtuais. Além disso, a Entidade atua frequentemente em reuniões, audiências públicas e mobilizações com diversas entidades de classe e frentes para garantir a defesa de direitos dos servidores e do serviço público de qualidade para todos.

## Frente Servir Brasil define ações para o segundo semestre



Em reunião com o Conselho Curador e a Mesa Diretora da Frente Servir Brasil, na segunda-feira (9/8), a ANFIP, representada pelo presidente Décio Bruno Lopes e pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero, reforçou a necessidade de intensificar a mobilização nos estados contra a PEC 32/20, da Reforma Administrativa. A reunião foi conduzida pelo deputado Israel Batista (PV/DF), que coordena a Frente.

Com o fim do recesso parlamentar, o grupo alinhou estratégias de ação para este segundo semestre, já que o encerramento das audiências públicas na Comissão Especial da PEC 32/20 está previsto para o fim de agosto. O deputado Israel Batista vai solicitar novos debates ao presidente da Comissão. Caso não seja acatado o pedido,

a previsão é que o relatório seja apresentado no dia 24/8.

O debate no Plenário da Câmara deve começar no final de agosto, conforme prevê Wilson Romero. Com essa dinâmica de tramitação, o assessor sugere que os trabalhos nas bases sejam intensificados, especialmente nas redes sociais, já que a mobilização nas ruas está prejudicada pela pandemia. “Temos que continuar nas redes sociais firmemente e abrir interlocução nas bases. A PEC atinge os atuais servidores e precisamos fazer esse alerta”, afirmou.

A rapidez com que projetos estão sendo apresentados e aprovados também preocupa Israel Batista. Conforme explicou, essa é uma estratégia do governo e sua base para passar “a boiada”, como já declarado em situações anteriores. “O governo está utilizando o excesso de projetos para passar a boiada. É uma estratégia que está sendo aplicada. Está tudo acontecendo conforme eles planejaram. Tem uma tempestade de desinformação acontecendo e quem se dedica a desmentir, não consegue. É muito veloz, eles mudam de assunto a todo tempo”, alertou.

A Servir Brasil continuará trabalhando para evitar que a administração pública seja alvo de medidas que impliquem em precarização de serviços. Além da atuação política, a Frente mantém atenção no Supremo Tribunal Federal e no Tribunal de Contas da União que, por meio de representação do grupo, solicitou à Casa Civil e ao Ministério da Economia os relatórios técnicos que embasaram a PEC 32/20.

### EXPEDIENTE LINHA DIRETA

**Linha Direta** é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.  
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907  
Telefone: (61) 3251 8100  
Whatsapp: (61) 98289 5150

**Linha Direta** é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: [comunicacao@anfip.org.br](mailto:comunicacao@anfip.org.br)

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA  
Ludmila Machado

REPORTAGEM  
Daiana Lima, Ludmila Machado e  
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIA  
Marina Rodrigues

EDITORACÃO ELETRÔNICA  
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino

CONSELHO EDITORIAL  
Décio Bruno Lopes  
Eucélia Maria Agrizzi Mergár  
Crésio Pereira de Freitas  
José Arinaldo Gonçalves Ferreira  
Benedito Cerqueira Seba  
Cesar Roxo Machado



[www.instagram.com/anfipnacional](https://www.instagram.com/anfipnacional)

[www.facebook.com/anfip.nacional](https://www.facebook.com/anfip.nacional)

[www.twitter.com/anfipnacional](https://www.twitter.com/anfipnacional)

[www.youtube.com/anfipoficial](https://www.youtube.com/anfipoficial)

DETALHES E OUTRAS INFORMAÇÕES: [WWW.ANFIP.ORG.BR](http://WWW.ANFIP.ORG.BR)

## Arthur Oliveira Maia confirma entrega do relatório da PEC 32/20 no final de agosto

Em reunião com coordenadores e entidades da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, realizada na quarta-feira (11/8), o relator da PEC 32/20 (Reforma Administrativa), deputado Arthur Oliveira Maia (DEM/BA), confirmou que seu relatório será entregue no final de agosto, conforme solicitação do presidente da Casa, Arthur Lira (PP/AL). O relator adiantou que manterá a estabilidade somente para servidores de carreiras típicas, trará a definição do que é carreira típica, instituirá parâmetros para avaliação de desempenho de forma digital, excluirá novas formas de contratação e incluirá servidores e membros do Judiciário e Legislativo. O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, acompanhou a reunião presencialmente e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, via transmissão virtual.

Diante da complexidade dos temas e da necessidade de aprofundar as mudanças que podem ser implementadas, a deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) e os deputados Rogério Correia (PT/MG) e Paulo Ramos (PDT/RJ) solicitaram ao relator mais tempo para o debate. As audiências públicas na Comissão Especial da Câmara dos Deputados estão agendadas até o dia 25 de agosto e os encontros estão sendo realizados também nos estados e municípios, porém, há vários temas que ainda precisam ser melhor definidos. “Haverá a judicialização desenfreada”, argumentou Alice Portugal, caso o relatório seja encerrado “sem elucidar os elementos sensíveis”.

**Estabilidade** – De acordo com Arthur Maia, a estabilidade será mantida como está na PEC e será exclusiva para carreiras típicas. O argumento utilizado pelo deputado é que, no Brasil, o percentual de servidores considerados típicos é de 87% enquanto, no mundo, o percentual é de 15%, o que, para ele, representa uma “estabilidade generalizada”. O parlamentar ouviu todas as opiniões emitidas no encontro,



como as da deputada Alice Portugal, que argumentou que a estabilidade não é generalizada. “Ela é parte da natureza do Estado. É autonomia e permanência. Os governos passam e os servidores ficam. Quando se faz um concurso, se toma posse do cargo e da função. Aquilo é uma posição de vida, que existirá permanentemente. A estabilidade favorece um Estado estável para servir melhor a sociedade”, disse. Sobre o assunto, o relator concluiu: “não há dúvida de que estamos diante de diferenças de opiniões”.

**Avaliação de desempenho** – A preocupação do relator, conforme explicou, é como manter uma avaliação de desempenho que impeça avaliações políticas e evite perseguições arbitrárias. Arthur Maia considera importante trazer no relatório a nova realidade do serviço público diante das novas tecnologias digitais. E, em decorrência desse avanço tecnológico, propôs os parâmetros para a digitalização, participação do usuário e médio e longo prazos de avaliação. “A primeira ideia em relação à avaliação é que ela seja feita por sistemas digitais. O segundo critério que quero incluir é que, na avaliação digital, exista sempre e majoritariamente a avaliação do usuário do serviço público. O terceiro elemento fundamental é termos uma avaliação de médio e de longo prazo”, explicou. Para o parlamentar, é importante, dentro desse prazo, possibilitar ao servidor a recuperação de seu desempenho ao longo do tempo, caso haja queda na produtividade. Maia adiantou que serão constitucionalizados parâmetros da avaliação e que lei complementar deverá

normatizar o tema.

**Carreira Típica** – Arthur Maia declarou ainda que não dá para adiar a definição do que é carreira típica. “Não dá mais para adiar esse assunto. Tinha dúvidas de que valeria a pena partir para esse enfretamento, mas, ao longo dos debates, me convenci de que não podemos adiar essa decisão”, afirmou, sem, no entanto, revelar a definição que será apresentada em seu relatório. “É uma posição que poderá ser aprovada ou rejeitada, mas pretendo trazer no bojo [do relatório]”, adiantou.

**Cargos de chefia** – O relator da PEC 32/20 não deve manter no texto o livre provimento para os cargos de chefia. Segundo ele, isso representaria 100 mil novos cargos na administração, “com prejuízo imenso para o serviço público”. “Temos motivos para evitar, na administração central, que haja essa influência política. Afastaremos essa proposição que tenta fazer com que os cargos de chefia possam ser ocupados por pessoas de fora do serviço”, garantiu. Outro elemento que deve ser retirado da proposta são as quatro novas formas de vínculo criadas. “Temos na nossa legislação a previsão de contrato temporário. Mas estão criando outros vínculos nocivos. Se precisamos de agilidade, acho até que podemos melhorar, dar ao Estado poder para fazer contratações, mas substituir o concurso não parece que seja algo positivo”, disse, criticando ainda o chamado vínculo de experiência, que também será retirado do texto. “Já temos na nossa legislação o estágio probatório, que pode ser aperfeiçoado”, avaliou.

[Continua na Próxima Página](#)

Para Arthur Maia, essas contratações trariam dificuldades, inclusive, previdenciárias, conforme alertou o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, em audiência que tratou dos Regimes Próprios de Previdência Social. “Quando o Estado abre a possibilidade de o servidor sair do RPPS e se vincular exclusivamente ao RGPS, isso acontecerá em desfavor de estados e municípios e trará prejuízo aos RPPS, com risco de falência. É uma preocupação que tenho como relator, impedir a debandada dos servidores do RPPS para o RGPS”, afirmou.

**Poderes** – Arthur Maia disse ainda que, em seu relatório, constará servidores e membros dos Poderes Judiciário e Legislativo. “A PEC veio apenas abrangendo os servidores do Executivo. Algumas pessoas acham que não é possível colocar

os servidores dos outros Poderes, mas, a nossa compreensão, é de que realmente é possível sim. Eu pessoalmente não me sentiria a vontade de fazer PEC para criar regras de desempenho para o Executivo e deixar de fora outros Poderes. Estou colocando no bojo da PEC os servidores do Poder Judiciário e do Legislativo, incluindo membros de Poder”, revelou, confirmando que os militares não estarão no relatório.

**Atuais servidores** – Questionado sobre a declaração do presidente da Câmara, que garantiu que os atuais servidores não serão abarcados pelos dispositivos da PEC, o relator Arthur Maia confirmou que, no seu relatório, não constará nenhuma afronta ao direito adquirido. “Colocando o parecer, se acharem algum direito adquirido sendo violado, vamos corrigir”, declarou.

Na oportunidade, vários argumentos

foram apresentados em relação às declarações e Arthur Maia se colocou à disposição para mais debates. “Pretendo atender essa solicitação de Arthur Lira para entregar o relatório na comissão até final de agosto. Isso não quer dizer que vai ser votado no dia seguinte. Da minha parte, existe total disponibilidade da gente conversar e avançar com essas posições”, disse.

**Reunião** – Os integrantes da Frente reuniram na segunda-feira (9/8) para discutir estratégias de mobilização e tratar da reunião com o relator da matéria. Pela ANFIP, participaram o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, que coordenou o encontro, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero.

## PEC 32/20: ANFIP alerta deputados sobre riscos da extinção dos RPPS



Em audiência na Comissão Especial da Reforma Administrativa (PEC 32/20), na terça-feira (10/8), o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, afirmou que o texto da proposta cria tanta instabilidade e insegurança jurídica que a melhor decisão do Congresso seria pela sua rejeição. Décio Lopes foi um dos convidados para discutir o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Essa PEC, conforme detalhou, é um retrocesso à situação existente antes da Constituição Federal de 1988, quando existia o regime celetista e o próprio. “Há um esvaziamento e enfraquecimento dos RPPS, o que poderá gerar deficits e justificar o aumento da contribuição previdenciária e a instituição de contribuições

extraordinárias”, alertou. Isso porque, explicou o presidente, o retorno ao RGPS implica na contribuição dos órgãos públicos no mesmo percentual que as empresas em geral. “Em relação aos RPPS, a PEC 32 não traz nenhuma possibilidade de melhoria nem redução de custo, pelo contrário, ela fragiliza a existência dos regimes próprios que subsistirem, acarretando o aumento de custo”, disse.

A PEC 32 trata da extinção dos Regimes Próprios em seu artigo 9º, que diz “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão optar por vincular, por meio de lei complementar publicada no prazo de dois anos, contados da data de entrada em vigor desta Emenda à Constituição, os servidores que vierem a ser admitidos

para cargo com vínculo por prazo indeterminado, nos termos do inciso III do caput do art. 39-A, inclusive durante o vínculo de experiência, ao Regime Geral de Previdência Social, em caráter irrevogável”.

O parágrafo único diz ainda que “a vinculação de que trata o caput não afasta o direito dos servidores à vinculação ao regime de previdência complementar, na forma do art. 40, § 14, da Constituição”. Ou seja, destacou Décio Lopes, a partir de dois anos da data de promulgação da Emenda, há a possibilidade de extinção do regime próprio para os servidores que vierem a ser admitidos em cargo com vínculo por prazo indeterminado, que serão vinculados ao RGPS. “A possibilidade de extinção dos RPPS é extremamente grave”, advertiu.

Conforme lembrou, a Emenda Constitucional 103/19, da Reforma da Previdência, suprimiu do texto constitucional a garantia de regimes próprios e estabeleceu regras para aposentadoria dos servidores. Além disso, a EC deixou a cargo dos Estados, DF e municípios a normatização dos regimes próprios dos respectivos servidores e instituiu a obrigatoriedade do regime de previdência complementar, em entidades fechadas ou abertas, e a limitação dos benefícios ao valor do teto do RGPS, com adesão facultativa.

Continua na Próxima Página

AEC 103 possibilitou ainda, explicou Décio Lopes, o aumento do percentual de contribuição, instituiu a contribuição variável e a possibilidade de instituição de contribuição extraordinária em caso de deficits. Para os RPPS existentes, Lei Complementar Federal estabelecerá normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão, dispondo, entre outros aspectos, sobre requisitos para sua extinção e consequente migração para o RGPS. “A EC 103 tratou desse assunto e a PEC 32 traz isso de novo”, criticou.

Segundo o presidente, filiam-se ao RPPS os servidores detentores de cargo efetivo; filiam-se ao RGPS, os servidores que exercem cargo exclusivamente em comissão, cargo temporário, emprego público e aos detentores de mandato eletivo. “Isso está na EC 103/19, está na Lei 9717/98 e está na Lei 8.212/91 e 8.213/91”, disse. Já a PEC 32/20 traz a seguinte regra: “para fins de determinação do vínculo previdenciário

dos servidores públicos, são segurados do Regime Próprio de Previdência Social os servidores em vínculo de experiência, os servidores de cargo com vínculo por prazo indeterminado ou cargo típico de Estado”.

“Nós não somos contra reformas, mas reformas que realmente tragam bem-estar ao Estado, às instituições públicas e aos cidadãos, e que traga aquilo que os brasileiros gostariam: melhoria na prestação de serviço público. O estado brasileiro e a população merecem todo nosso respeito enquanto servidores. Os projetos precisam ser bem discutidos para que não tragam a piora do serviço público”, afirmou o presidente da ANFIP.

Ao finalizar sua participação no debate, Décio Lopes disse ainda que instituições públicas fortes são sinônimo de credibilidade, de segurança jurídica e de proteção. “A PEC 32 não corrobora a melhoria dos serviços públicos, a economicidade, nem a proteção da sociedade. Pelo contrário, possibilita

uma simbiose entre o serviço público e a iniciativa privada, uma considerável instabilidade nas relações de trabalho nas atividades públicas e, por consequência, uma disputa, seja entre servidores, cargos comissionados, empregados públicos e prestadores de serviço, o que pode culminar ainda mais na redução da prestação de serviços e no aumento de custo da máquina pública”, enfatizou.

Também estiveram presentes pela ANFIP os vice-presidentes Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos). Pela Fundação ANFIP acompanharam a audiência a presidente, Margarida Lopes de Araújo; a diretora Administrativa Financeira, Maria Geralda Vitor; a diretora de Estudos, Planejamento e Projetos, Nilza Garutti; e o diretor de Eventos, Cursos e Publicações, Luiz Carlos Corrêa Braga.

Assista [AQUI](#) a íntegra da participação do presidente da ANFIP na Comissão Especial da Reforma Administrativa.

## Governo apresenta PEC dos Precatórios à Câmara

O governo protocolou no Congresso Nacional, na terça-feira (10/8), a proposta de emenda à Constituição (PEC) 23/2021, que muda as regras de pagamento de precatórios.

A PEC deverá ser despachada para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para análise de sua admissibilidade. A presidente do colegiado, deputada Bia Kicis (PSL/DF), deverá indicar um relator para a matéria.

O texto prevê parcelamento de precatórios com valor superior a R\$ 66 milhões em dez vezes. E os precatórios de

qualquer natureza passarão a ser corrigidos pela taxa Selic, atualmente em 5,25% ao ano. A proposta do governo também altera algumas regras orçamentárias e institui um novo fundo constituído a partir de recursos provenientes de alienações de ativos, venda de estatais, entre outras fontes de receita, que poderá ser utilizado para pagamento antecipado dos precatórios parcelados.

Veja [aqui](#) o texto oficial apresentado.

Com informações da Agência Brasil.

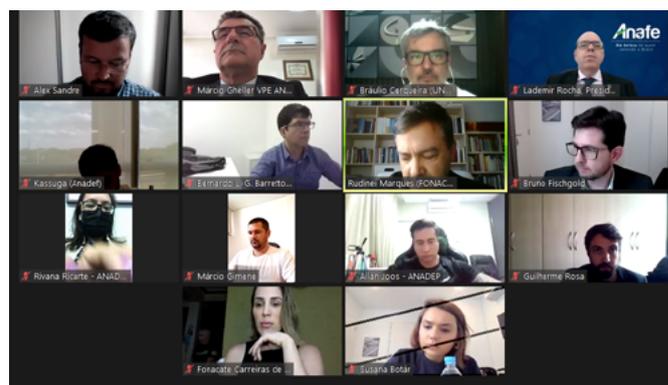
## Fonacate intensifica ações contra Reforma Administrativa

Em Assembleia Geral do Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate), realizada na terça-feira (10/8), as entidades afiliadas aprovaram intensificar ações contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, da Reforma Administrativa. Pela ANFIP, estiveram presentes o vice-presidente executivo, Márcio Humberto Gheller, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

O Fonacate já lançou diversas campanhas na Globo News e redes sociais, e tem direcionado publicações aos parlamentares que compõem a Comissão Especial da PEC 32.

Quanto ao mérito, o Fórum lançou a série de Cadernos da Reforma Administrativa. O coordenador da Comissão de Estudos do Fórum e presidente da Afipea, José Celso Cardoso Júnior, explicou que os 22 cadernos lançados até o momento abrangem quase todos os pontos que estão na PEC 32. Mas agora é preciso desmitificar o discurso hegemônico sobre finanças públicas. “Nossa próxima análise vai se basear na dimensão fiscal/financeira do gasto público”, explicou Cardoso.

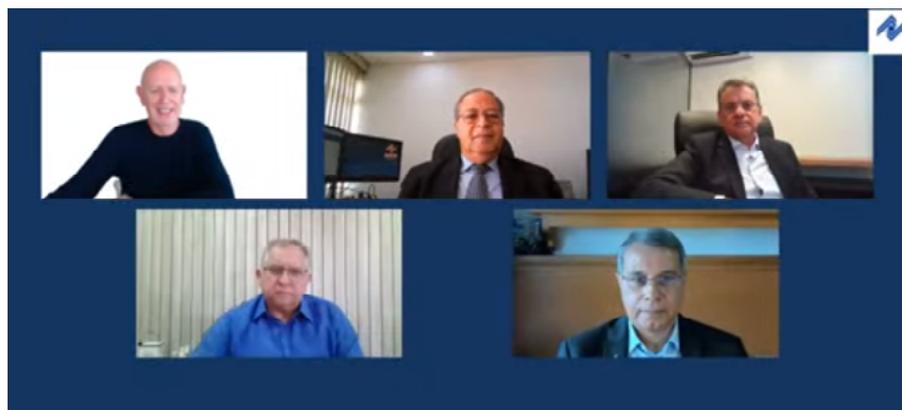
Rudinei Marques, presidente do Fonacate, lembrou que o Fórum também tem apoiado as ações da Frente Parlamentar Mista em Defesa



do Serviço Público (Servir Brasil), em produção de documentos, contato com autoridades, suporte jurídico e presença na mídia.

Na Assembleia, as entidades também trataram do ingresso do Fonacate como *amicus curiae* na ADI 6767, proposta contra o Decreto 10.620/2021 – que vincula os servidores da administração indireta ao INSS e os da administração direta ao órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipep) para concessão e a manutenção das aposentadorias e pensões.

## Em live da ANFIP, participantes analisam readequação da política tributária brasileira



A ANFIP realizou na segunda-feira (9/8) o primeiro episódio da Série Grandes Debates, que teve como tema a Reforma do Imposto de Renda, apresentada pelo Executivo no Projeto de Lei (PL) 2337/2021. O objetivo foi analisar o atual sistema tributário brasileiro e fazer um prognóstico sobre o PL, que aguarda tramitação na Câmara dos Deputados.

**Décio Bruno Lopes**, presidente da ANFIP, fez a abertura do evento virtual e afirmou que é preciso lembrar que não há políticas públicas se não existir tributo. “Eu tenho dito, diversas vezes, que o Estado não vive sem receitas. No Estado democrático de direito que nós conhecemos, o tributo é a fonte de financiamento de políticas públicas”, declarou.

Sobre o PL 2337/21, Décio Lopes disse que o projeto “é extremamente importante porque contribui com a justiça fiscal, a partir do momento em que possibilita a tributação sobre lucros e dividendos”. “Neste momento, em que se precisa de um volume considerável de recursos, até para manter as políticas sociais existentes, ou ampliá-las, é necessário que existam fontes de financiamento. E essas fontes vêm de uma readequação da política tributária”, analisou o presidente.

Na avaliação do vice-presidente de Assuntos e Estudos Tributários da ANFIP, **Cesar Roxo Machado**, a proposta do governo é extremamente benéfica para tornar o sistema tributário brasileiro mais justo, porém, alguns tópicos precisam ser aprimorados. Dentre os pontos positivos trazidos, Cesar Roxo destaca como mais relevante o fim

da isenção sobre lucros e dividendos. “Essa isenção é um absurdo com o qual convivemos desde 1996. Nenhum país desenvolvido da OCDE tem isso. Essa isenção incentivou uma coisa muito ruim que é a ‘pejotização’. Isso trouxe prejuízos ao custeio da Previdência Social e reduziu a arrecadação do Imposto de Renda de pessoas físicas e empresas”, disse.

Já entre os pontos negativos, criticou a atualização da tabela do Imposto de Renda, que passará de R\$ 1.900 para R\$ 2.500, muito abaixo do valor que teria que ser para compensar a inflação dos últimos anos. Segundo Cesar Roxo, o ideal seria isentar aqueles que têm salários de até R\$ 4.059 e deveria estabelecer mais faixas de alíquota, de modo a produzir a progressividade do imposto e, conseqüentemente, maior justiça fiscal e redução da desigualdade de renda. “Na tabela hoje, para muitos contribuintes, o Imposto de Renda é regressivo, pois quanto maior a renda, menor a carga tributária”, completou.

Cesar Roxo também afirmou que a redução da alíquota geral do IRPJ de 15% para 12,5%, em 2022, e para 10% em 2023, vai na contramão do que os outros países estão fazendo para se recuperar dos efeitos da pandemia.

O diretor do Departamento Jurídico da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e ex-secretário adjunto da Receita Federal do Brasil, **Paulo Ricardo de Souza Cardoso**, apresentou um breve apanhado sobre o sistema tributário brasileiro, considerado extremamente complexo

por ter 5.570 estruturas tributárias diferentes. “É complexo, pois tem um grande número de contencioso; injusto, devido à forte incidência dos impostos sobre o consumo; e gera insegurança jurídica”. Para ele é necessário diminuir o imposto sobre o consumo, pois metade da carga tributária vem deste imposto, que é o mesmo, independentemente, do nível de renda da população.

Em sua abordagem, o senador **Izalci Lucas** (PSDB/DF) criticou o aumento da carga tributária que pode ser gerado com a aprovação da Reforma Tributária de forma fatiada. “Isso é um negócio maluco em um momento como esse, que está todo mundo quebrado, tentando recuperar as atividades. Vou fazer de tudo para que haja uma reforma completa e não fatiada, como eles estão propondo”, afirmou, destacando que é necessário o debate em audiências públicas para que haja o aprimoramento das novas regras, antes da aprovação.

### Precatórios

O presidente Décio Lopes questionou o senador Izalci Lucas sobre seu posicionamento e percepção em relação à utilização dos precatórios para programas de governo. “Boa parte desses precatórios, exatamente benefícios previdenciários que não foram pagos, por discussão judicial, e remuneração de servidor que não foi paga também em época própria, em decorrência de leis que acabam prejudicando os servidores, principalmente os aposentados e os pensionistas”, lamentou o presidente da ANFIP.

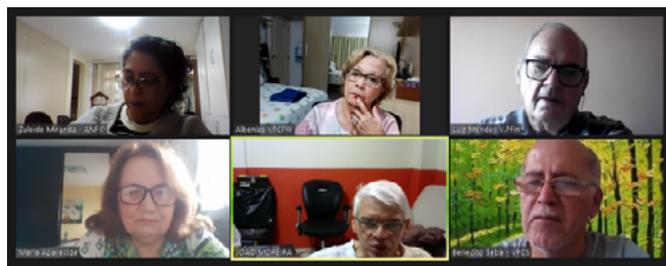
O senador Izalci Lucas chamou de “absurdo” e de “calote” essas situações. “O fato de quando a pessoa deve ao governo, ele cobra numa eficiência muito forte, tem multa, juros, correção etc. Quando você vende para o governo e tem crédito com o governo, ele não te paga, te dá um calote, te paga com precatórios e só os netos que vão receber e, mesmo assim, com deságio. Esse é o conceito que eu tenho de precatório”, explicou.

Assista [AQUI](#) ao debate na íntegra.

## Comissão da ANFIP inicia preparativos para a XXVIII Convenção Nacional

Com as mudanças impostas pela pandemia, que afetou a realização presencial de várias atividades durante este ano, a Comissão Organizadora da XXVIII Convenção Nacional reuniu-se na terça-feira (10/8) para iniciar os preparativos para o evento virtual, que deverá acontecer em novembro. A definição da data ainda depende de votação da Assembleia Geral Extraordinária, que acontece nos dias 18 e 19 de agosto.

Várias propostas foram reunidas para a pré-produção da programação do evento. Após finalização, o material será apresentado ao Conselho Executivo. “O modelo é uma novidade, para nós e para os associados, mas faremos a melhor programação possível desta Convenção”, adiantou o vice-presidente de Comunicação Social, Benedito Cerqueira Seba.



Fazem parte da Comissão os vice-presidentes Albenize Gatto Cerqueira (Cultura Profissional), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas), Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social), Luiz Mendes Bezerra (Finanças) e João Alves Moreira (Administração, Patrimônio, Cadastro e TI).

## Comissão de Interesse de Classe intensifica enfrentamento à PEC 32/20

Os integrantes da Comissão de Interesse de Classe da ANFIP reuniram-se na quinta-feira (12/8) para dar continuidade às atividades contra a Reforma Administrativa (PEC 32/20).

O objetivo da Comissão é intensificar as medidas que já estão em andamento, especialmente neste momento em que a proposta tramita na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. A votação do relatório está prevista para o fim deste mês.

O grupo deliberou a instalação de mídias de rua (frontlights, outdoors e painéis de LED) em estados que concentram maior número de parlamentares para pressioná-

los para que votem contra o desmonte do serviço público. Na ocasião, também discutiram questões técnicas acerca dos locais que as mensagens serão instaladas prioritariamente, além do período de exposição e orçamentos.

Participaram da reunião os vice-presidentes José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial), Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social), Crésio Pereira de Freitas (Assuntos da Seguridade Social), Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), José Avelino da Silva Neto (Assuntos Parlamentares) e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

## Comissão organiza divulgação do FIT 2021

A Comissão Organizadora do Fórum Internacional Tributário (FIT) realizou reunião virtual na quarta-feira (11/8) para dar continuidade à preparação do evento, que será realizado de 20 a 22 de outubro, com o tema “Tributação, desigualdade e desenvolvimento na América Latina”. Pela ANFIP, participou o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado.

No encontro, o grupo discutiu os detalhes da produção de vídeos sobre o evento, com apresentação dos palestrantes, e estratégias de divulgação nas redes sociais, tanto nas páginas do Fórum quanto nos perfis das entidades parceiras. Também abordaram assuntos orçamentários e jurídicos, a fim de alinhar contratações e prestação de serviços.

O evento, que está em sua segunda edição, é uma iniciativa da



ANFIP e da Fenafisco (Fisco Estadual e Distrital), em parceria com o Sinafresp (Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo) e com o professor do Instituto de Economia da Unicamp, Eduardo Fagnani, coautor

do estudo [A Reforma Tributária Necessária](#). Conta, ainda, com apoio da Oxfam Brasil e da Internacional de Serviços Públicos (PSI).

Confira mais informações sobre o evento no site [www.forumfit.org.br](http://www.forumfit.org.br).

## MCCE se reúne com entidades de classe após votação de PEC



O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) convocou, na quarta-feira (11/8), uma reunião com as entidades que o integram, entre elas a ANFIP, para fazer atualizações sobre as pautas de interesse das categorias e debater os próximos passos após a votação da PEC 135/2019, que instituiu a obrigatoriedade do voto impresso no Brasil.

A matéria foi deliberada no dia anterior à reunião (10/8), no plenário da Câmara dos Deputados, e foi rejeitada. A PEC teve 218 votos contrários, 229 favoráveis e uma abstenção.

Para que fosse aprovada, a Proposta precisava de, no mínimo, 308 votos em dois turnos de votação. Com a rejeição, o texto segue para arquivamento.

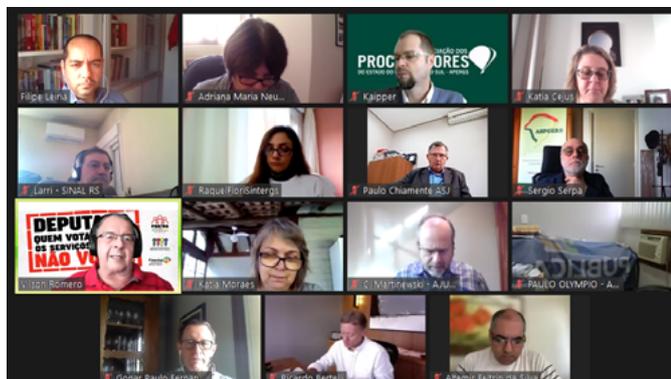
Segundo os representantes do Movimento, o grupo está discutindo, junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), formas para garantir cada vez mais transparência no processo eleitoral e obter o melhor resultado possível nas próximas eleições. “O papel do MCCE é contribuir para o processo de controle, de diálogo e de superação das desconfianças que o tema traz”, afirmou Melillo Dinis, diretor da entidade.

Além disso, foram debatidas as tramitações da PEC 125/2011, que institui o chamado “Distritão”, e do PLP 112/2021, que protocolou um novo Código Eleitoral, sem reservas de recursos para candidaturas de mulheres e negros. Ambas as matérias simbolizam, segundo os representantes do MCCE, um mal sinal para o cenário eleitoral nacional, o que exigirá, pelos próximos meses, ainda mais atenção e monitoramento por parte do grupo.

Pela ANFIP, participou da reunião o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

## Estaduais

### Frente Gaúcha alinha agenda em continuidade às mobilizações contra a Reforma Administrativa



A ANFIP participou de mais uma reunião da Frente Gaúcha em Defesa do Serviço Público, realizada no dia 9/8, sendo representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, também coordenador do grupo.

Na ocasião, os representantes de classe e demais presentes discutiram as estratégias já em curso contra a Reforma Administrativa (PEC 32/2020), incluindo a mídia de rua, através de outdoors e frontlights, e os encontros virtuais e presenciais sobre a pauta previstos para a semana.

Segundo Romero, o parecer do deputado Arthur Oliveira Maia (DEM/BA), relator da PEC, deve ser apresentado ao final das audiências da Comissão Especial, a partir do dia 19 de agosto.

Lembrando que, para ser aprovada, são necessários os votos de 308 parlamentares, no plenário na Câmara, além de votação em dois turnos no Senado.

Enquanto isso, a ANFIP continua intensificando o movimento em defesa dos servidores públicos e da população, que será fortemente prejudicada com o loteamento e desmonte dos serviços. A luta continua!

## ANFIP-ES tem nova Diretoria e Conselho Fiscal

A ANFIP-ES, Estadual no Espírito Santo, tem nova Diretoria e Conselho Fiscal, com mandato de 5 de agosto de 2021 a 30 de abril de 2022.

Conheça a nova composição:

### CONSELHO EXECUTIVO:

**Presidente:** José Geraldo de Oliveira Ferraz

**Vice-presidente:** Mísmia Rosa Suhett

**Diretor de Administração e**

**Secretaria:** Rozinete Bissoli Guerini

**Diretora de Assuntos Jurídicos e**

**Política de Classe:** Erivan Luís Garioli

**Diretor de Finanças e de**

**Patrimônio:** Paulo Sérgio Ramos

Nicolao

**Diretor de Aposentados e**

**Pensionistas:** Nicéa Bof de Andrade

**Diretora de Divulgação e de**

**Sociabilidade:** Tania Mara Fraga

### CONSELHO FISCAL:

**Presidente:** Maria da

Penha Fonsêca Celin

**Membro:** Nevaldete Lima Frade Dariva

Membro: Paulo José Vieira da Silva

## Confira a nova composição dos conselhos da ANFIP-PR

A Estadual da ANFIP no Paraná (ANFIP-PR) já tem nova diretoria, que exercerá seu mandato entre 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2023. Josemar Jorge Cecatto foi reeleito presidente da Entidade.

Veja os nomes dos integrantes dos conselhos Executivo e Fiscal:

### CONSELHO EXECUTIVO

**Presidente** - Josemar Jorge Cecatto Santos

**Vice-presidente Substituto** - Maruchia Mialik

**Vice-presidente de Administração de Patrimônio** - Luiz Carlos de Assunção

**Vice-presidente de Finanças e**

**Orçamentos** - Daniel de Assis

**Vice-presidente de Política de Classe** -

Carlos Alberto Barbosa

**Vice-presidente de Relações Públicas**

**Cultura Profissional e Divulgação** -

Terezinha Pereira

**Vice-presidente de Atividades Sociais**

**e Desportivas** - Osvaldo Nogara

**Vice-presidente de Aposentados e**

**Pensionistas** - Ademar Borges

### Suplentes

1º - Renato Pabis

2º - Paulo Junyti Ishigami

3º - Yoshie Midorikawa

### CONSELHO FISCAL

#### Membros Efetivos

Márcio Humberto Gheller

João Eudes da Silva

Joel Blaszyk

#### Membros Suplentes

Jabismar Corsato

Maria de Lourdes Jakobowitz

Maria Lucia Melo Coelho

## Benefícios

### ANFIP e Benevix buscam melhorias no plano Unimed Vitória



O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e os vice-presidentes Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos) estiveram em reunião, na terça-feira (10/8), em Brasília, com representantes da Benevix, administradora do plano Unimed Vitória, para tratar de melhorias no plano de saúde e na qualidade do atendimento.

Na ocasião, foram apresentados pontos conflitantes do plano, que dificultam o atendimento ao usuário, e sugestões de possíveis soluções, com base nas informações elaboradas pela Comissão de Saúde e pelo Conselho Executivo da ANFIP.

Como forma de melhorias ao plano, a Associação também sugeriu aumentar os serviços digitais disponíveis, tornar as mensalidades mais atrativas, ampliar a rede de atendimento credenciada e realizar nova campanha de adesão com carência zero e sem taxa de adesão.

Pela Benevix, participaram a diretora Comercial, Vanessa Kischner; o gerente de Relacionamento e Operações Comerciais, Igor Brum; e o consultor diretor, Flávio Cirilo.

### Planeje o futuro da sua família com a Jusprev



A Jusprev oferece um plano exclusivo de benefícios previdenciários para os associados da ANFIP: o Planjus. Trata-se de um plano de previdência complementar que conta com quatro modalidades de renda: Mensal Programada, que é a destinada para a aposentadoria; Mensal Educacional, para investir no futuro de quem você ama; Mensal por Morte, para garantir a segurança da sua família em caso de fatalidades; e Mensal por In validez.

Por meio do link [www.jusprev.org.br/incentivo](http://www.jusprev.org.br/incentivo) você pode realizar uma simulação e agendar uma consulta especializada com a Jusprev sobre o melhor planejamento financeiro.

A Jusprev é uma entidade administrada pelos próprios participantes, pessoas que usufruem de todos os benefícios do Planjus. Por isso, a entidade sabe exatamente o valor, não só financeiro, mas também emocional que o serviço carrega. O plano previdenciário da Jusprev foi criado para que o seu investimento tenha a máxima rentabilidade possível, prezando pela estabilidade do seu futuro e das pessoas que você ama. Contrate o plano e garanta já a tranquilidade do seu futuro!

Confira [AQUI](#) mais detalhes sobre a Jusprev e os serviços oferecidos.

## Descontos nas melhores drogarias do país? Aqui tem!

Só no Clube de Vantagens da ANFIP você tem descontos de até 90% nas melhores drogarias do Brasil, além de benefícios exclusivos em quase 18 mil lojas, físicas e virtuais, espalhadas por todo o país.

E tem mais: aqui você tem acesso especial a passagens aéreas, hotéis, automóveis, creches, escolas, universidades, sistema de cashback, cupons de desconto, assessoria financeira e crédito consignado em condições imperdíveis.

Não perca tempo! Acesse o site [www.anfip.temvantagens.com.br](http://www.anfip.temvantagens.com.br) e garanta sua economia.

## SouGov.br agora também pode ser acessado pelo computador



A Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital e sua Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, do Ministério da Economia, lançaram o SouGov.br web. A partir de agora, todos os serviços que já estão no aplicativo de celular podem ser acessados também pelo computador, no endereço [www.gov.br/sougov](http://www.gov.br/sougov).

São 28 funcionalidades disponíveis exclusivamente para servidores públicos federais, ativos e aposentados, pensionistas e anistiados civis do Poder Executivo Federal.

Com a versão web do SouGov.br, é possível fazer a consulta ao Demonstrativo de Rendimento Anual, ao extrato de consignações e aos afastamentos. Também é possível consultar a situação da Prova de Vida e imprimir o seu comprovante, bem como localizar uma Unidade Gestora.

Os usuários podem, ainda, incluir, alterar e encaminhar o Atestado de Saúde, acessar a Carteira Funcional digital, consultar férias, contracheque e a prévia do 13º salário, entre outros serviços.

Conheça o SouGov.br web: [www.gov.br/sougov](http://www.gov.br/sougov).

## Tire suas dúvidas sobre o reajuste de planos da Geap



A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou no dia 08/07 reajuste de -8,19% para os planos de saúde individuais ou familiares. Porém, a porcentagem não se aplica à Geap porque planos de saúde disponibilizados por ela são registrados como coletivos empresariais e, portanto, os seus reajustes não dependem de autorização da ANS e não possuem vinculação com o percentual definido pela Agência Reguladora para os planos individuais ou familiares.

Para definir o percentual de reajuste dos planos da Geap, é realizado cálculo atuarial que considera a relação entre as despesas e receitas do plano e se as receitas não forem suficientes para cobrir as despesas é aplicado o reajuste técnico, somado ao índice da inflação do período, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/IPCA/Serviços de Saúde). Caso o ponto de equilíbrio não ultrapasse margem, é aplicado somente o índice da inflação.

O reajuste dos planos de saúde da GEAP é aprovado pelo Conselho de Administração (Conad) e o percentual é comunicado às Patrocinadoras, beneficiários e Agência Reguladora, conforme legislação em vigor.

Ouçã o podcast "ANS em Pauta" clicando [AQUI](#) e saiba mais sobre o assunto.

Para mais informações, entre em contato com a Central Nacional de teleatendimento da Geap pelo [chat online](#), [WhatsApp \(61\) 93300-7230](#) ou telefone 0800 728 8300.

Com informações da Geap.